

# Planalto pedirá prioridade para emenda, diz Fragelli

Da Sucursal de Brasília



O presidente do Senado, senador José Fragelli (PMDB-MS), 69, informou ontem que o Palácio do Planalto enviará ao Congresso aditivo à mensagem governamental de convocação da Assembleia Constituinte, a fim de fazer com que essa matéria tenha tramitação em caráter prioritário.

Pelo regimento comum do Congresso, a mensagem da Constituinte seria incluída na fila das emendas constitucionais, ficando em 69º lugar. Como são lidas apenas quatro emendas constitucionais por semana, a do governo só começaria a ser apreciada no final do ano legislativo, na última semana de novembro.

Regimentalmente, a tramitação prioritária de qualquer emenda só pode ser concedida em três circunstâncias. No primeiro caso, tratando-se de iniciativa do governo, se o próprio Executivo invocar essa prerrogativa. Nos demais casos, a prioridade depende da solicitação de dois terços dos senadores e dois terços dos deputados, ou de acordo entre todos os líderes, mas só é concedida a matérias de responsabilidade do Congresso.

## Consultar os líderes

Na semana passada, Fragelli admitiu a hipótese de consultar os líderes para verificar se todos estariam de acordo com a prioridade para a Constituinte. Agora, no entanto, ele constatou que não poderia fazê-lo,

porque a emenda em causa é iniciativa do governo. Coincidentemente, o assessor especial do presidente José Sarney, ex-deputado Célio Borja, havia declarado, na véspera, que o governo não solicitaria prioridade à emenda da Constituinte, deixando esse assunto a cargo do Congresso. Agora, porém, o próprio Célio Borja reconheceu que o Legislativo não poderia acelerar a tramitação do projeto de emenda do Executivo e o governo voltou atrás, concordando em solicitar a prioridade em questão.

O senador Fragelli explicou que a solicitação governamental permitirá a leitura da mensagem do Presidente no começo de agosto, talvez na sessão do dia 5 daquele mês. Os partidos políticos designarão seus representantes na comissão mista de senadores e deputados que opinará sobre a proposta, e esta comissão escolherá o presidente e o relator da mensagem. Os congressistas terão oito dias, a partir dessa data, para apresentar subemendas.

Desde a leitura da iniciativa governamental, o relator da comissão deverá dar parecer sobre a emenda e as subemendas. Se esse prazo for insuficiente, poderá ser pedida a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais trinta dias. Persistindo a impossibilidade de conclusão dos trabalhos, o relator poderá solicitar nova prorrogação por mais trinta dias, mas que, nesse caso, terá de ser aprovada em plenário. Quanto à data da reunião da Constituinte — fixada na mensagem em 31 de janeiro de 1987, dia em que se encerrariam, à meia-noite, os mandatos dos atuais congressistas —, o presidente do Senado limitou-se a dizer que "este assunto, se o desejarem os congressistas, será corrigido através do Legislativo."

## Não houve erro, declara porta-voz

O secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita, 44, negou ontem que tenha havido qualquer erro ou falha por parte da assessoria do presidente Sarney, de modo a que o governo tivesse de enviar, como foi anunciado ontem, nova mensagem ao Congresso pedindo preferência na votação da proposta de emenda constitucional que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. Segundo Fernando César, o envio de mensagem aditiva à mensagem de convocação da Constituinte decorre de "problema técnico". Ele explicou que a intenção do presidente Sarney "era de deixar ao Congresso a decisão dessa questão da preferência."

"O Presidente esperava que o Congresso decidisse a questão, mas como o presidente do Senado, José Fragelli, disse que a preferência não podia partir do Legislativo e com isso

a emenda da Constituinte teria de entrar na fila, passou a existir um problema técnico, e o Presidente então resolveu enviar um aditivo", justificou o secretário.

Com relação à data de instalação da Constituinte — 31 de janeiro de 1987 —, Fernando César disse que o Congresso é que deve deliberar sobre o assunto: "É uma questão de interpretação e fica a critério do Congresso o exame. A proposta do governo não é definitiva, ela está sujeita a emendas no Congresso", referindo-se ainda à polêmica em torno da data da instalação da Constituinte. Alguns parlamentares acham que se a instalação ocorrer em 31 de janeiro de 1987 estarão funcionando dois Congressos: o atual, cujo mandato de seus integrantes termina às 24 h daquele dia, e o novo, eleito em 15 de novembro do ano que vem.

## Promotores temem pacto de elites

O presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, Luiz Antônio Fleury Filho, 37, disse ontem, em São Paulo, que os promotores e procuradores de Justiça do País estão preocupados com um possível prevalecimento do poder econômico na Assembléia Nacional Constituinte. Para Fleury, o fato proporcionaria um "pacto de elites" e ele crê que seja necessária uma "campanha eleitoral que conte com legislação rigorosa, no que diz respeito aos recursos financeiros."

Do 6º Congresso Nacional do Ministério Público, que reuniu em São

Paulo, de 26 a 29 de junho, 985 promotores de todo o País, resultou a Carta de São Paulo, um documento em que a classe afirma que a Assembléia Nacional Constituinte deve refletir "os verdadeiros anseios da sociedade, desenvolvendo seus trabalhos livre de pressões ilegítimas e com a participação representativa de todos os brasileiros."

Para Luiz Antônio Fleury Filho, "o ideal seria que a Assembléia Nacional Constituinte funcionasse separadamente do Congresso e que fossem permitidos os candidatos avulsos", bem como houvesse representatividade nos Estados.